

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Chicão da Silveira - PDT  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Remídio Monai - PR

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Flamarion Portela - PTC

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Jean Frank - PMN

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Coronel Chagas - PRTB

#### Suplentes:

1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP  
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Chicão da Silveira - PDT

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Marcelo Natanael - PRB

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Sargento Damosiel - PRP  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Remídio Monai - PR

**Atos Administrativos**

Resoluções de Afastamentos nº 668/2011 2

**Atos Legislativos**

SUMÁRIO

Projetos de Leis nº 086 a 088/2011 2

Resolução da Mesa nº 036/2011 3

Ata da 2070ª Sessão Ordinária 3

Relatório da Audiência Pública da Comissão 3

Especial Externa - Resolução nº 007/2011 e Grupo 4

Técnico - Vila do Apiaú, em: 4

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

EXPEDIENTE

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

**Gerente de Documentação Geral**

VICTOR TAVARES PIRO

**Diagramação**

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO  
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
**RESOLUÇÃO Nº 668/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o deslocamento dos servidores **JOAQUIM ROBERTO DOS SANTOS, Auxiliar Parl. V, LUCAS TAVEIRA DE MOURA TEIXEIRA, Assessor Parl. FS-3 e CÍCERA CHAVES OLIVEIRA, Assistente Parl. IV**, para os municípios de Normandia, Uiramutã e Pacaraima, no período de 18.11 a 28.11.2011, aonde os mesmos desenvolverão atividades de interesse desta Casa de Leis junto àqueles municípios, com ônus para este Poder, no tocante a 10 (dez) diárias para cada servidor.

 Palácio Antônio Martins, 16 de novembro de 2011  
**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
**Presidente**
**Deputado JALSER RENIER PADILHA**
**1º Secretário**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**
**ATOS LEGISLATIVOS**
**PROJETODELEI**
**GABINETE DO DEPUTADO JÂNIO XINGU**  
**PROJETO DE LEI Nº 086 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.**
**Dispõe sobre a obrigatoriedade das Empresas vencedoras de licitações públicas, no âmbito do Estado de**
**Roraima, a reservarem até 5% do total de vagas existentes na contratação de obras e de serviços aos sentenciados e dá outras providências.**
**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:**

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam as empresas vencedoras de licitações públicas, no âmbito do Estado de Roraima, obrigadas a reservarem até 5% (cinco por cento) do total das vagas existentes, para sentenciados, na contratação de obras e de serviços públicos.

**Parágrafo único.** A referida obrigatoriedade deverá constar expressamente no edital do processo licitatório sob pena de invalidação do certame.

**Art. 2º.** Para fins do disposto no artigo anterior, será dada a preferência aos sentenciados que apresentem melhores indicadores com relação à aptidão, à habilitação, à experiência, à disciplina, à responsabilidade e ao grau de periculosidade, apuradas pelo poder público e registrados em cadastro próprio.

**Art. 3º.** A Empresa vencedora do certame deverá solicitar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania disponibilização dos sentenciados, obedecendo à ordem estabelecida no banco de dados da Secretaria, para o serviço.

**Parágrafo único.** Caso não seja fornecida pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania a lista dos sentenciados em um prazo de 10 dias, a Empresa vencedora do certame estará desobrigada do disposto nesta Lei.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2011.

**JÂNIO XINGU**

Deputado Estadual

**Justificativa:**

Buscando atender a população carcerária, este Projeto de Lei tem como objetivo oferecer oportunidade de ocupação remunerada àqueles que romperam com as regras da convivência social, preparando-os para uma reintegração na sociedade, que pode significar uma redução dos índices de reincidência criminal.

**PROJETO DE LEI** Data: 08/11/2011 Origem: LEGISLATIVO  
**Autoriza o Poder Executivo a elaboração de programas de atividades esportivas destinadas ao deficiente físico.**

 Relevância: PROJETO DE LEI  
 Autor: DEPUTADO **DHIEGO COELHO FOGAÇA**
**PROJETO DE LEI nº 087 de 2011.**
**Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a elaborar e realizar programas de atividades esportivas destinados aos deficientes físicos.**
**Art. 2º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, regulamentará esta lei no prazo de 180 dias contados a partir de sua aprovação .**
**Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações próprias no orçamento vigente.**
**Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.**
**JUSTIFICATIVA**

A atividade esportiva além de contribuir para o bem estar físico das pessoas ajuda também a desenvolver a concentração, a sociabilização, o trabalho em equipe e a cooperação mútua dos envolvidos.

É evidente o aumento da atenção global ao este assunto como, por exemplo, a organização dos jogos paraolímpicos e o crescente desempenho do Brasil nesses jogos como no ocorrido em 2000 na Austrália. Foi justamente numa área onde quase não há investimentos, foram obtidos os melhores desempenhos na representação do nosso país. Assim, visando à maior integração do deficiente físico e visando aumentar cada vez mais o incentivo dos esportes para os deficientes, apresentamos esta proposição.

Estando certo que esta proposição se justifica e que contará com a acolhida dos nobres pares.

**PROJETO DE LEI**

Data: 08/11/2011

**Autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatória a inclusão de estudos sobre o uso de drogas e**

**dependência química nos conteúdos do Ensino Fundamental e Médio.**

Relevância: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADO DHIEGO COELHO FOGAÇA

**PROJETO DE LEI n° 088 de 2011.**

Art. 1° - Ficam as escolas estaduais de nível fundamental e médio, obrigadas a incluir, nos conteúdos curriculares, estudos sobre a dependência química e as consequências neuropsíquicas e sociológicas do uso de drogas.

Art. 2° - Os professores das áreas afins, designados para ministração de conteúdo pertinente ao assunto deverão receber treinamento teórico e didático específico em entidades devidamente reconhecidas, que emitam certificado com carga horária mínima de quarenta e máxima de sessenta horas aula.

Art. 3° - O desenvolvimento dos estudos de que trata o artigo anterior, deverá ser acompanhado pelos setores de supervisão pedagógica e orientação educacional, adotando-se estratégias próprias.

**Parágrafo único** - A direção da unidade escolar poderá convidar especialistas no assunto, preparados tecnicamente, reconhecidos e idôneos, para fazer conferências, palestras e simpósios, bem como representantes de entidades e núcleos especializados para prestarem depoimentos e relatarem experiências.

Art. 4° - As Secretarias de Estado da Educação e da Saúde definirão, por Resolução conjunta de seus titulares, as formas pelas quais serão implementados os dispositivos previstos nesta lei no prazo de 180 dias.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A dependência química e o uso de drogas é uma constatação cada vez mais frequente na juventude roraimense. Induzidos, na grande maioria, por más influências, nossa juventude carece de informações sobre os males físicos e psicológicos causados àqueles que fazem uso de substâncias ilícitas, bem como para seus familiares.

Embora haja uma preocupação constante por parte do Poder Executivo através das Secretarias de Estado da Saúde e Secretaria de Estado da Educação, entendemos ser necessário sistematizar o assunto nos conteúdos programáticos das escolas estaduais de ensino fundamental e médio a fim de esclarecer e aprofundar os conhecimentos de como a dependência química pelo uso da droga pode transformar e destruir o corpo humano, causando transtornos irreparáveis, físicos e psicológicos ao usuário e seus familiares.

Ressalte-se ainda que, a medida objeto desta proposta, inova ao apresentar estudos envolvendo as várias disciplinas do currículo escolar, incluindo nos seus conteúdos, noções sobre a dependência química e suas consequências neuropsíquicas e sociológicas, em vez de criar nova disciplina no currículo escolar.

Nesse sentido, ante a relevância da matéria, esperamos que a mesma mereça a acolhida dos nobres Pares.

**RESOLUÇÃO DA MESA**

**RESOLUÇÃO N° 036/11**

**Dispõe sobre a regulamentação, normatização e ampliação do CINE ALE-RR Cidadania e dá outras providências.**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**Art. 1°** Esta Resolução normatiza o Programa Cine ALE Cidadania, que tem o objetivo de facilitar o acesso da comunidade das produções cinematográfica contribuindo para formação crítico-reflexiva do jovem e do adulto, com a ampliação do seu repertório cultural, o desenvolvimento da sua competência leitora e o diálogo nas questões sócio culturais mais amplas e será realizado sob a Coordenação da Primeira Secretaria, com apoio da Escola do Legislativo – ESCOLEGIS.

**Art. 2°** O Programa será realizado conforme normas regulamentares a serem expedidas pela Primeira Secretaria, atendendo aos princípios da moralidade, da formação educativa e da cidadania, e oferecerá aos estudantes da rede pública de ensino e comunidade em geral, um conjunto de filmes (longas, médias e curtas), documentários, spots de diferentes categorias e gêneros.

**Parágrafo único.** O Programa vai se integrar as atividades comunitárias, sendo realizado em locais diversos como escolas, associações

de moradores, quadras de esportes e outros espaços públicos favorecendo a educandos, educadores da rede pública e comunidade, ao cinema.

**Art. 3°** Mediante prévio contato com as direções de escolas e outras entidades interessadas, o Cine ALE-RR Cidadania se desenvolverá em salas tradicionais de cinema, auditórios de órgãos públicos e privados, auditório das unidades da Escolegis, pátio de escolas, ou em qualquer lugar com capacidade para receber a projeção, incluindo um ônibus com 43 lugares, adaptado e equipado com telão, para oferecer aos espectadores o mesmo conforto como se estivesse em uma sala de cinema comercial.

**Parágrafo único.** A escolha dos filmes passará por uma rigorosa seleção e será de acordo com o que estiver em cartaz nos diversos cinemas comerciais existentes e, antes das sessões, serão exibidos documentários e realizadas palestras relacionadas a temas sociais, que possam contribuir mais ainda para a formação cultural.

**Art. 4°** O Cine ALE-RR Cidadania é de cunho essencialmente social, partindo do Poder Legislativo a vontade de atender a comunidade com atividade de recreação, tão educativa quanto às demais já executadas por esta Casa de Leis.

**§1°** O Cine ALE-RR Cidadania será executado pela Primeira Secretaria, com apoio da Escola do Legislativo – ESCOLEGIS, e recursos oriundos do Poder Legislativo para os fins que especifica.

**§2°** Mediante parcerias, parlamentares ou interessados poderão participar do programa, desde que não venha gerar despesas e custos outros para a ALE-RR.

**Art. 5°** As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta da dotação Orçamentária da ALE-RR.

**Art. 6°** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 09 de novembro de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1° Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2° Secretário

**ATAS PLENÁRIO - SUCINTA**

**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

Às nove horas do dia dez de novembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septuagésima Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Primeiro Secretário Ad hoc. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário ad hoc, Deputado Ionilson Sampaio, proceder à leitura do Expediente: RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Moção de Pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Crusciak ocorrido no dia 5 deste mês, de autoria da Deputada Angela Águida Portella. EXTERNOS: Comunicado n° AL130170/2011, de 13/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados à Secretaria de Educação, Cultura e Desportos. Comunicado n° AL130171/2011, de 13/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Hildemar Pereira. Comunicado n° AL130172/2011, de 13/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Francisco de Assis. Comunicado n° AL133895/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal San Martin. Comunicado n° AL133897/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré Escolar de 1° Grau Edsonina de B. Villa. Comunicado n° AL133923/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Francisco

de Assis. Comunicado nº AL133924/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Glemiria Gonzaga Andrade. Comunicado nº AL133925/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Delacir de Melo Lima. Comunicado nº AL133930/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Palmira de Castro Machado. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Soldado Sampaio reportou-se ao seu partido PC do B, ressaltando seu compromisso com a sociedade e a luta constante em defesa da classe trabalhadora. De acordo com o Senhor Deputado, o partido completará 90 anos de existência, sendo o mais antigo do país, e apesar de toda essa trajetória de luta, recentemente vem sendo alvo de denúncias pela mídia que, em sua opinião, são totalmente infundadas. Em seguida, comentou sobre a acusação sofrida contra o Ministro dos Esportes, Orlando Silva, acusado de corrupção pelo policial João Dias Ferreira, responsável por uma ONG, que teve suas contas reprovadas pelo Ministro e, por vingança, esse policial que, segundo ele, responde a vários processos, e já foi condenado e preso pela Polícia Civil do Distrito Federal por desvios de recursos, começou a fazer acusações contra o Ministro, que teve de deixar o cargo para se defender, colocando-se à disposição da justiça para que as denúncias sejam apuradas. Segundo o Senhor Deputado, essas acusações contra o Ministro dos Esportes são completamente injustas, destacando que ele sempre foi muito honesto, diplomático e comprometido que, com muito esforço conseguiu vencer na vida de maneira transparente. Prosseguindo, ressaltou que a Presidente Dilma tomou a atitude correta quando nomeou o ministro do PC do B, Aldo Rebelo a frente do Ministério dos esportes, tendo em vista estar se aproximando os dois eventos mais importantes na área de esporte, que são as olimpíadas e a copa do mundo de 2014. Finalizou, repudiando a forma caluniosa como vem sendo tratado seu partido por pessoas que tentam manchar a história do PC do B. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia, discussão e votação em turno único do Requerimento de Pedido de Informação nº 058/11, requerendo a realização de Audiência Pública para discutir sobre a aplicação dos recursos e a qualidade na execução dos serviços do Programa “Luz para Todos” no Estado de Roraima. Em seguida, o Senhor Presidente informou aos Senhores Deputados que por falta de quorum para deliberação, a Ordem do Dia será transferida para a próxima Sessão. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 16, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Remídio Monai e Soldado Sampaio.** Aprovada em: 16/11/2011

## ATAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 007/11. RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA OCORRIDA NA VILA DO APIAÚ EM 02/09/11 COM A COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA E O GRUPO TÉCNICO RESPONSÁVEL PARA REALIZAR ESTUDOS SOBRE CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DE RORAIMA.**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima criou a Comissão Especial Externa, através da Resolução nº 007/11, para, “através dos estudos técnicos realizados pelo Grupo Técnico, constituído pela Resolução nº 004/11, analisar e emitir parecer sobre a criação de novos Municípios no território do Estado de Roraima”, composta pelos Senhores Parlamentares: **Coronel Chagas, Aurelina Medeiros, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Joaquim Ruiz e Marcelo Natanael.** A Comissão, no dia 02 de setembro de 2011, às 18h e 25min, realizou Audiência Pública na Vila do Apiaú, Município de Mucajaí, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o processo de Emancipação, criação de novos municípios. **Estavam presentes os Deputados Estaduais: Erci de Moraes – Presidente; Marcelo Natanael –**

**Vice-Presidente; Coronel Chagas – Relator; e Aurelina Medeiros – Membro.** O Relatório será transcrito na íntegra. Após a composição da mesa, o Presidente da Comissão Especial Externa, Deputado Erci de Moraes, ao declarar aberta a reunião, apresentou seu pronunciamento.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão) –** Antes de iniciar minha exposição, dou cordial boa noite a todos os presentes, com o firme propósito de iniciar uma caminhada realmente rumo à emancipação deste município. Saúdo meus companheiros Deputados e demais compoanheiros da Mesa: o Vereador Oscar da Rocha do PSD; o Vereador Ateilton Pereira da Silva, o Vereador Mateus da Silva e o senhor Flori Gonçalves e Çonçalves, além de outras autoridades presentes como o senhor José de Ribamar diretor da Escola; Nélio Licácio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Antônio Alves, representante da Secretaria de Agricultura e demais autoridades presentes, enfim os que aqui compnpareceram para darmos início à fase dos esclarecimentos sobre a possível emancipação de novos municípios no Estado de Roraima. Agradeço a presença do Grupo Técnico da Assembleia Legislativa que nos assessorou, responsável pela condução dos estudos de viabilidade, isto é, a região que se propõe a novo município dispõe condições que a Lei exige. Presente a Tiana Brasília, Francisco, Josiane que nos assessoram durante a reunião, após estarão interagindo com vocês. Existem outros membros deste grupo, hoje ausentes, possivelmente devem estar em outras reuniões. É necessário dizer que é da Assembleia Legislativa do Estado a Prerrogativa de conduzir a criação de novos municípios, que, através de sua Mesa Diretora, Presidida pelo deputado Chico Guerra, designou três Comissões Especiais externas responsáveis nos trabalhos preparativos para a criação de novos municípios: uma Comissão representa os Municípios do Sul, outra Comissão representa os Municípios do Centro do Estado, e a terceira os Municípios chamados da Serra ou da Região Norte, como queiram. A nossa Comissão está incumbida a realizar trabalhos nos Municípios de Iracema, Mucajaí, Cantá e Bonfim, é constituída por sete Deputados dos quais quatro, aqui, se encontram. Eu na condição de Presidente da Comissão; Deputado Coronel Chagas, como Relator; Deputado Marcelo Natanael, como Vice-Presidente; e Deputada Aurelina Medeiros, como membro efetivo. Ainda fazem parte desta Comissão, ausente neste momento, os Senhores Deputados, Flamarion Portela, Joaquim Ruiz e Dhiego Coelho, que outras razões os detiveram em outro lugar. Queremos tentar abreviar a fala das autoridades. Para o primeiro momento a palavra será franqueada aos Deputados presentes, após os demais componentes da Mesas. Os Vereadores e os demais componentes da Mesa seriam os primeiros a terem as palavras para fazerem seus questionamentos. Estabelecemos esta dinâmica para que possamos sair a tempo de atender a um convite feito por um representante da Mesa para algo muito importante, prefiro não dizer. A senhora Deputada Aurelina está com a palavra.

**Deputada Aurelina Medeiros (Membro da Comissão) –** Boa-noite a todos, cumprimento meus colegas Deputados, os Senhores Vereadores Mateus, Oscar, Teu, os Senhores Flori, Antônio, Ribamar. Hoje, reunidos para falar sobre a criação de Município, tentando realizar um velho sonho que é desmembrar Apiaú do Município de Mucajaí, criando o nosso Município de Apiaú. Há muitos anos que se fala nisso, a Assembleia, em certos momentos iniciou o processo, no entanto, foi interrompido porque a Câmara Federal entendeu que, primeiro, deveria regulamentar a Constituição Federal para que os Estados pudessem criar novos municípios, e até hoje estamos esperando esta regulamentação, já aprovado pelo Senado, ainda não pela Câmara Federal. Depois o Deputado Coronel Chagas vai colocar como funciona. Enquanto a gente espera que a qualquer momento, todos os dias, que esta lei seja votada. E no momento em que ela for votada pela Câmara Federal, devolve à Assembleia Legislativa o direito de criar municípios como sempre foi. Então, esta Lei determina uma série de critérios, diferentes dos que nós tínhamos, enquanto isso, esperamos o sinal verde. Não podemos, porém, criar a expectativa de que a nossa Assembleia, nós Deputados que aqui estamos, podemos daqui a um mês, dois ou três, já criar um município. Nós dependemos da aprovação dessa Lei. Mas, nós já estamos nos antecipando, visitando aquelas áreas, onde a gente consideramos a criação dos municípios, iniciando a preparação da documentação necessária, para que na hora em que for aprovada a Lei, a gente já estejamos com a documentação pronta. E, daí, só dar início, ou fazer a criação do município do Apiaú. É o nosso objetivo, hoje. Quanto aos critérios dessa Lei, o Deputado Chagas, Relator da Comissão, vai passar a vocês. Esta luta é de muitos anos, o Apiaú é uma das localidades

dentre nossas análises, talvez, o que atenda melhor os novos critérios para criação de um novo Município. Somos otimistas, certeza aprovada a Lei. Será criado. Ainda, depois dessa Lei, haverá uma série de reuniões para realizarmos. A criação de município é semelhante a uma eleição para eleger alguém, entre dois candidatos: SIM e NÃO. Quando a gente for fazer o Plebiscito, nós vamos votar no SIM ou no NÃO. O NÃO não pode ganhar, se ganhar não podemos criar o novo município. Então, vamos dar início a uma campanha. Esta é a nossa primeira reunião, com certeza, nós vamos ter várias. É a razão de estarmos aqui, hoje, a Comissão de Emancipação dos Municípios que estuda a Região Centro: Iracema, Mucajaí, Cantá e Bonfim. Era o que tinha para falar Senhor Presidente, muito obrigada.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)**

– Prosseguindo, passamos a palavra para o Deputado Marcelo, para as suas considerações.

**Deputado Marcelo Natanael (Vice-Presidente da Comissão)** – Senhoras e Senhores, boa-noite, é com muita honra que estou aqui hoje. É motivo de satisfação ver estas crianças aqui na frente, o futuro delas está em jogo, tentamos fazer o possível para o melhor. A presença das pessoas da Vila da Penha, das Vicinais, de Campos Novos, Pirlândia, enfim, a comunidade está envolvida, está buscando informação. Percebe-se que a cada reunião que realizamos, o número de pessoas vem aumentando. Então, em primeiro lugar, muito obrigado pela presença de todos vocês que merecem uma boa-noite especial. Nós estamos apenas cumprindo a nossa parte, o nosso dever de trazer a vocês as informações necessárias, que vão ser passadas pelo nosso Relator, Deputado Coronel Chagas para vocês terem idéia do que está acontecendo, e do que poderá vir a acontecer. Somos também representantes de 450 mil pessoas, com cuja maioria que conversei, que nós conversamos, são a favor da criação de novos municípios. Deputada Aurelina, conhecedora desta Região, como se fosse a casa dela, conhece cada um pelo nome, conhece cada Vicinal, que eu ainda não conheço, é um orgulho, para mim, estar ao lado dela, Vice-Presidente da Assembleia. Então, serei bem breve e simples, para lhes dizer que não estaríamos aqui, hoje, como seus representantes, colocando a proposta de criação de novos municípios, se isso não fosse bom para vocês. Conhecemos a dificuldade em razão da distância, muitas vezes, falta do recurso, e, como testemunha aqui nós temos os Vereadores por este Município, obrigado também pela presença, conhecedores das dificuldades locais. As vezes, o investimento não é feito, não por falta de comprometimento do Prefeito, mas pela falta de recurso mesmo, e pela dificuldade das distâncias. Então, por vezes, há sensação de que as Vilas estejam esquecidas. A criação do Município vai trazer para a comunidade o que está sendo pedido nestes cartazes que as crianças trazem: Cidadania. E, faço três pedidos para vocês. O primeiro: continuem com essa garra, em serem participativos na condução desta campanha da emancipação, envolvam outras pessoas como participantes deste momento democrático; a segunda: não só vocês, políticos também, com certeza, irão encontrar pessoas que irão querer desestabilizar este processo, sejam bares, andando nas Vicinais... Mas o falto é que vão dizer, olha, vai ficar ruim para a Sede, vão faltar recursos. O nosso Relator Deputado Chagas vai explicar. Gostaria que alguém pergunte, senão já vai a pergunta ao Deputado Chagas: Vão diminuir os recursos para esta população? E vou até me antecipar ao Senhor Deputado, e falar que não vão diminuir, muito pelo contrário, vão aumentar. Fiz uma cálculo, há pouco, na Vila Samaúma. Tomamos um valor anual de 500 mil reais, é só para fazer uma analogia, suponhamos que Mucajaí recebe hoje 500 mil reais anual de repasse do FPM, isso dividido por 14 mil habitantes, o resultado é em torno de 35 reais por habitante. Se for criado o novo município, vocês receberão em torno de 400 mil reais, neste caso hipotético, dividido por 6 mil habitantes, vocês teriam 66 reais para cada habitante. Então, aumentaria em dobro o recurso para ser gasto dentro do próprio município. E isso, se for bem administrado. Neste aspecto, tenho certeza que vocês irão escolher pessoas competentes e comprometidas com a população. E o terceiro: Recomenda-se que deixem a vaidade de lado, como disse, aqui tem gente de todas as comunidades próximas, e a outra briga, que se tem, é pelo nome de quem vai ser o Prefeito e os possíveis Vereadores. Não podemos pensar assim, temos que pensar primeiro em deixar o processo de acordo com a Lei, para que possamos fazer a criação. Depois sim, a discussão sobre os candidatos. Então, o momento é vocês não deixarem a oportunidade passar. Sobre este aspecto o Relator vai explicar para vocês, quer dizer, só poderá ser feito outro Plebiscito daqui a 10 anos. Era uma das observações que eu queria deixar claro para vocês. Então, mais uma vez, peço o empenho de todos, agradeço a

presença de cada um. Reforço a minha idéia que a questão não é quantidade, mas a qualidade. Nesta, com certeza, estamos bem representados. Muito obrigado a todos.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** –

Antes de passar a palavra ao Deputado Chagas, quero enfatizar que, tanto aqui, hoje, como em outras localidades, é um trabalho oficial da Assembleia Legislativa, se faz neste momento representar por esta Comissão Especial Externa, e a segunda pessoa mais graduada na Mesa Diretora, é a Vice-Presidente da Assembleia, Deputada Aurelina. O nosso propósito ao vir às comunidades que almejam a emancipação, não é uma ação política com segundas intenções, é sobretudo um exercício de cidadania. O apelo que faço a vocês é que encaremo como uma ação cidadã. Começamos o nosso trabalho no Município de Mucajaí, não começamos por aqui, nem por Samaúma, nem pela Penha, ou Vilhena, começamos pela Sede, porque nós estamos adentrando no Município de Mucajaí, e temos que respeitar as Autoridades constituídas do Município, no caso, os Poderes Executivo, Prefeitura; o Poder Legislativo, Câmara de Vereadores. Procedemos dessa forma, primeiro porque é educado, segundo, nós queremos conduzir esse processo em absoluta harmonia. Sentimos, quero dizer de público, por parte do representante do Executivo, o Vice-Prefeito Euler, como de todos os Vereadores, o desejo de se somar, independente da Região que represente, a esta ação cidadã para que nós possamos ter constituído um Município com Sede aqui no Apiaú, possivelmente, a partir do Município de Mucajaí. Então, é a recomendação para que não entremos no terreno da disputa, precisamos nos manter no terreno da boa vizinhança, incutir a conscientização nas pessoas para a importância de criarmos municípios. Obrigado. A palavra com o nosso Relator, Deputado Chagas.

**Deputado Coronel Chagas (Relator da Comissão)** –

Boa-noite, cumprimento a nossa Vice-Presidente, Deputada Aurelina. Vocês a conhecem muito bem. É a região pela qual ela anda muito. Cumprimento o Presidente da Comissão Deputado Erci de Moraes, o nosso Vice-Presidente Deputado Marcelo Natanael e todos os presentes aqui hoje, também o Vereador Oscar da Rocha, Vice-Presidente da Câmara Municipal; Vereador Ateilton; o Vereador Matheus e o Flóri Gonçalves e Gonçalves, que é pioneiro do Apiaú. Então, em nome deles, abraço a cada um. E, desde já, agradeço a participação, pois estão demonstrando que querem exercitar a cidadania participar efetivamente deste momento histórico, trabalho preliminar para a emancipação do Apiaú. Vou procurar ser bastante objetivo, procederei de forma didática para informar-lhes sobre quais os atos necessários para se criar um município. Primeiro, a nossa Constituição Federal estabeleceu no § 4º do art. 18, que precisa ter uma Lei estabelecendo as regras para se criar um novo município. Pois bem, há um Projeto de Lei, elaborado pela Casa Civil da Presidência da República, que está nas mãos do Deputado Cândido Vaccarezza, Líder do Governo Federal na Câmara dos Deputados. Este Projeto de Lei, em fase de conversa com os Líderes das Bancadas do Partidos, deverá ser discutido e votado nos próximos meses. Esperamos que se faça o quanto antes. Pois bem, este Projeto de Lei estabelece que, para se criar um novo município, a Vila, o Distrito, têm que ter pelo menos 4.800 habitantes. Então, esta Região de Mucajaí precisa agregar esforços, Apiaú, Vila Nova, Vila da Penha, Samaúma, juntos, vão somar mais de 4.800 habitantes. Depois vem Pirlândia e outras comunidades que fazem parte da Região, cujos limites a Assembleia, através do Grupo Técnico, está estudando para se criar novo município. Pois bem, o próximo passo é a comunidade, que não compete aos Deputados, nem à Assembleia Legislativa, mas a vocês, mais precisamente as pessoas que moram nas comunidades que citei, se mobilizem, recolham assinaturas de um abaixo-assinado, de pessoas que votam aqui na região. Não adianta colocar quem vota lá na sede, tem que ser da região a ser emancipada. Pois quando bater lá no Tribunal Eleitoral, eles vão verificar se realmente a pessoa vota na região. E para isso é necessário no mínimo 20% dos eleitores desta Região. Esse trabalho deve se iniciar, mais breve possível, para atingir os 20%. Então, se nesta região tem três mil habitantes, no abaixo-assinado deve conter pelo menos mil assinaturas. Após colherem as assinaturas, vocês devem preparar um ofício, anexá-lo ao abaixo-assinado e encaminhar ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Francisco de Sales Guerra Neto. O Presidente da Assembleia Legislativa, após receber esse Requerimento com o abaixo-assinado, vai determinar ao grupo técnico, que já está criado, realize um estudo de viabilidade, verifique a atual realidade econômica e financeira da Região a ser transformada em Município, também a viabilidade político-administrativa e a viabilidade sócioambiental e urbana. Se o trabalho

estiver concluído, o Grupo Técnico vai entregar esse trabalho para o Presidente da Assembleia Legislativa. Observem que nesse trabalho devem constar: os limites, onde vai começar o Município e onde vai terminar, norte, sul, leste e oeste, ou seja, as divisas; também as Vilas que farão parte; número de residências em todas essas Vilas; Órgãos Públicos, destacamento da Polícia Militar, Hospital, Posto de Saúde, todos os Órgãos Públicos Estaduais e Municipais, também Federais se houver. Então, o Presidente vai receber este estudo de viabilidade e vai encaminhá-lo, de acordo com o Projeto de Lei, se não for alterado na Câmara dos Deputados, para o Tribunal de Contas do Estado, que realizará análise desse estudo. Após, vai emitir um Parecer, e o devolverá para a Assembleia Legislativa. Após receber o Estudo de Viabilidade com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Assembleia colocará este Estudo, por trinta dias, à disposição dos cidadãos. Então, se houver um morador, daqui, que quiser contestar alguma informação, terá o prazo de trinta dias. Isso porque, assim como tem a maioria que quer a Emancipação, sempre tem aquele que pense ao contrário. Temos liberdade para escolher, pois, vivemos num estado democrático de direito. Pode ser que alguém não queira, vai buscar alguma coisa de errado naquele estudo: “Olha, não tem tantos moradores assim. Fiz o levantamento, e não tem cinco mil, só tem quatro mil e quinhentos, portanto, não preenche o regulamento”. Poderá ocorrer este tipo de situação, sim. Mas, não ocorrendo nenhuma impugnação, o Presidente da Assembleia Legislativa vai juntamente com os vinte três Deputados homologar o Estudo de Viabilidade Econômica. Se for homologado, vai para o Presidente da Assembleia Legislativa que vai solicitar ao Tribunal Regional Eleitoral a realização do Plebiscito. E, aí, vem uma das partes mais importantes desse Processo: a Campanha e o Plebiscito. Nesse Plebiscito votam todos os moradores de Mucajaí, não só quem mora na região. Se houver 10 mil eleitores, devem aparecer 5 mil e 1 voto necessários à criação do novo município. Caso não alcance mais da metade dos votos, não passa. Então, só poderemos tentar novamente, Flori, daqui a 10 anos. Então, quem é a favor da Emancipação, vai fazer campanha, visita aos vizinhos, familiares, amigos, enfim, visitar os companheiros da Vicinais, campanha às lideranças do Município pelo SIM. E os que são contra farão campanha pelo NÃO. Se aprovado o Plebiscito com mais que cinquenta por cento a favor, o Processo retorna do TRE com o resultado da Eleição para a Assembleia Legislativa que vota o Projeto de Lei, criando o Novo Município. Nesse Projeto de Lei constará o local da Sede do Município, número de Vereadores que o Município terá a Eleição, enfim todas essas questões serão definidas no Projeto de Lei. Então, nesta fase, nós estamos em todas as Regiões com potencial para pleitear a Emancipação, para passar conhecimentos e informações necessárias, para agir, isso tem que partir da comunidade. Portanto, o objetivo de nossa vinda aqui, é passar estas informações a esta comunidade. E, a partir daí, juntamente, com lideranças locais, começar a colher as assinaturas, através do abaixo-assinado. Então, no momento em que estiver concluído o abaixo-assinado, contendo vinte por cento das assinaturas dos eleitores, imediatamente encaminhá-lo para o Presidente da Assembleia Legislativa. Nossa intenção é realizar os seguintes passos: nós só vamos parar os estudos de viabilidade exatamente antes do Plebiscito, que, só será realizado, quando o Congresso Nacional aprovar esse Projeto de Lei, e a Presidente Dilma Rousseff sancioná-lo e publicá-lo no Diário Oficial da União. Estaremos aguardando para dar início aos Estudos de Viabilidade. Nesse processo, o Estado do Mato Grosso, por exemplo, já está com a documentação toda pronta, aguardando o Plebiscito, para cinquenta e seis novos Municípios. Estive em visita a este Estado há três meses, e há quatro semanas, eles nos apresentaram todas informações, e nos mostraram, inclusive, a documentação de todos esses Municípios que já está na Assembleia, cujo Presidente, só aguarda a aprovação desta Lei. Então, aprovada a Lei, eles já realizarão o Plebiscito. Também queremos chegar a essa fase, para isso vocês precisam iniciar o processo. Enfim, Senhor Presidente, acho que não esqueci de nada, mas se houver alguma dúvida, vamos estar à disposição para esclarecê-las. Mais uma observação, digamos que após o Plebiscito, por ventura, o “NÃO” ganhe, uma nova tentativa desta natureza, de acordo com o Projeto de Lei, só daqui a dez anos. Se em dois mil e onze, realizamos o Plebiscito, ocorrer uma zebra, ou seja, não houver uma mobilização pelo SIM, só vamos poder iniciar o Processo novamente em mil e vinte e um. Era isso, Senhor Presidente, obrigado pela oportunidade, mais uma vez obrigada a todos. A Assembleia Legislativa está trabalhando neste processo, mas é necessário vocês também se mobilizarem. Boa-tarde.

(Deputado Marcelo Natanael assume a Presidência durante a ausência do Deputado Erci de Moraes).

**Deputado Marcelo Natanael (Vice-Presidente da Comissão)** – Em prosseguimento, vou primeiro reforçar a orientação e informação do Deputado Chagas sobre a campanha do SIM, ou NÃO, mas vejo que se o Ibope estivesse, seriam 99% do SIM, mas que os presentes aproveitem a oportunidade, após ser franqueada a palavra às demais autoridades presentes, não fiquem tímidos, não tenham vergonha de falar, vai passar uma lista agora pelo Grupo Técnico para vocês se inscrever e fazerem perguntas. É a hora de tirar as dúvidas. O Grupo Técnico que é competentíssimo, para esclarecer suas dúvidas, o Relator também está se debruçando nos estudos em relação a este assunto. Então, é a oportunidade que vocês têm para tirar as possíveis dúvidas, não vamos deixar passar em branco, perguntem mesmo. Passo a palavra ao Vereador Oscar.

**Vereador Oscar da Rocha Gomes** – Agradeço a Deus por mais uma oportunidade de participar desta importante Audiência Pública que vem de encontro aos nossos interesses e agradeço aos nossos amigos Deputados Estaduais: Aurelina Medeiros; Marcelo Natanael, Erci de Moraes e Coronel Chagas, aos Vereadores Matheus; Ateilton e Eliane, Sr. Flori, morador há muitos anos nesta Região e a todos os presentes, sejam todos bem vindos a esta importante Audiência Pública. Já resido aqui há mais de 22 anos, e quero dizer que hoje estamos iniciando uma caminhada, estamos plantando uma semente que começa a germinar com pessoas competentes, com experiência, com sabedoria que vem explicando e conscientizando nossa comunidade, para a independência de Mucajaí. Os recursos do Governo Federal, virão diretamente para cá, e aplicados em saúde, educação, agricultura, estradas, pontes, e outros. O desmembramento de Mucajaí, trará melhorias ao comércio, a agricultura, a pecuária, enfim, passaremos a viver dentro de uma nova realidade. Nós os pioneiros, estamos trabalhando para que isso aconteça, como exemplo: Vereador Ateilton, Vereador Matheus, toda a equipe da Assembleia, que Deus lhes dê saúde, inteligência e sabedoria. Que Deus ilumine a mente das autoridades, segundo Deputado Chagas, vai depender da aprovação no Congresso Nacional, posteriormente sancionado pela Presidente Dilma, que Deus esteja no coração e na mente destas pessoas para que isso aconteça. A melhor experiência que me aconteceu como vereador, o maior sonho, a maior alegria na minha vida, na Câmara de Vereadores, foi esta notícia, Deputado Chagas, tornando-se realidade vai impulsionar o desenvolvimento da nossa região. Agradeço ao nosso companheiro, Prefeito de Mucajaí, Elton Vieira Lopes, nos auxiliou com material para visitarmos as Vicinais e Vilas, colher as assinaturas desse abaixo-assinado. Vamos lutar, vamos batalhar para juntos criarmos um novo município aqui no Apiaú. Agradeço a esses alunos e a todos vocês pela participação. Muito Obrigado e que Deus os abençoe!

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Prosseguindo, agradecemos ao Vereador Oscar. Passo a palavra ao Vereador Ateilton.

**Vereador Ateilton Pereira da Silva** – Agradeço Deus por tudo, este, Senhores Deputados, um dos dias mais felizes do meu mandato político, por estar na minha casa, e a do meu povo, através de muitos que me elegeram para representá-los, estou recebendo Vossas Excelências aqui. Quero em nome do Senhor Deputado Erci de Moraes saudar os demais Deputados; em nome do Antônio da Agricultura, saúdo a todos os profissionais da agricultura; em nome do Professor Ribamar, saúdo os Professores e todos os presentes. Senhores e Senhoras, anteontem iniciamos esse processo, durante uma reunião, aqui, nós elegemos uma Comissão a qual presido, como membro da Câmara; Astor Cícero, Relator; Membros: Lidiane, Artédio, Brasão e outros. Agradeço a presença de todos, e informo, Senhor Relator, que hoje um funcionário do TRE, me trouxe notícia, sobre o resultado de sua pesquisa e constatou que a cidade de São Paulo, detalhe, a maior Metrópole do Brasil, (inaudível), segundo o funcionário do TRE, quando muito, vamos ter três mil eleitores. E pelo cálculo que fiz, só para vocês terem um idéia, a Vila do Apiaú tem 1426 votos, Penha 262, Vila Nova, 152, e a Sumaúma 690, contabilizando, 3530 eleitores. Se a informação que ele me passou procede, lá existem Municípios com esta quantidade de eleitores, aqui ainda temos mais eleitores que lá. Conversando com um cidadão, que me deu o maior apoio, e informou que existem regiões que, de 15 em 15 quilômetros, existe um município. E de fato em outros Estados isto existe. Senhor Relator, estamos todos com ânimo de levar para frente este trabalho. E dizer que, para alegria de todos, hoje nós começamos a colher as assinaturas do abaixo-

assinado, só no primeiro dia, começamos depois das 09 horas, colhemos mais de 200 assinaturas. Isso para nós é um sucesso. As 200 assinaturas, de pessoas que votam aqui, Senhores. No tocante à economia, estive anotando aqui alguns dados, só para vocês terem uma idéia, nós temos o maior projeto de Piscicultura da Região Norte, com estimativa de 700 toneladas para 2012 de Tambaqui. E, detalhe, Senhor Presidente, Deputado Erci de Moraes, não é nenhum fazendeiro que está criando peixe, mas agricultores, pessoas que têm lotes de 60 hectares, agricultura familiar. São dados, que estava pesquisando. Temos, além dessas toneladas de Tambaqui, uma região rica em água, nós somos banhados pelo Rio Mucajá, o Rio Apiaú, o Igarapé do Serrinha, que é praticamente um Rio, além de uma infinidade de Igarapés menores nas nossas proximidades. Temos também um dos maiores projetos de reflorestamento, porque a questão ambiental é séria. É, também, uma das regiões mais produtivas na questão da agropecuária, produção, como: banana, farinha, macaxeira. O nosso rebanho de gado, se não me engano, está entre os maiores do Estado, perdendo só para algumas regiões do lavrado e algumas mais desenvolvidas. Fora esta questão, estive na Serra fazendo alguns levantamentos de dados, sobre os consumidores existentes na faixa onde inicia o Município, até a Vicinal 4, até as proximidades de Samaúma, calculamos, eu e o Gilmar, quero até agradecer ao rapaz da CER, o gauchinho, então, são mais de 700 consumidores, fora os que faltam se cadastrar na Região do Samaúma. Para que vocês tenham uma idéia, também, hoje nós não somos mais Vila do Apiaú, somos Distrito, criei este Projeto, e vou estar encaminhá-lo à Assembleia para ser acrescentado, Senhor relator, para que dê ênfase na criação do Município, ou seja, Senhores, estive estive analisando a nossa realidade, percebi que nós temos condições econômicas, ambientais e estruturais. Nós estamos a 52 quilômetros da Sede do Município Mucajá, e a 104 quilômetros da Capital de Boa Vista. Temos uma infinidade, de facilidades por cruzar pela RR 325, da qual, uma parte já está no asfalto, vocês voltarão no asfalto daqui até Boa Vista. São dados que estive juntando, e me pergunto, por que não, não teríamos o direito de sermos Município, se temos uma economia consolidada, se temos uma economia na qual não é o Vereador não, são vocês que estão trabalhando, temos produtos de qualidade que nos enriquecem. E penso também no futuro dos jovens. Estive ontem, com o Prefeito de Mucajá, Gordo Lopes, que foi enfático, ao declarar que o sonho é dos moradores da região. Mas também dele. E acrescentou: se Apiaú se encaminhar para ser Município, já quero saber o que vocês precisam, ou seja, o Prefeito de forma nenhuma se opôs, ou é contra, muito pelo contrário ele já estava se organizando para fazer uma doação de combustível. Perguntou o que precisávamos, o que seria necessário, instalação de alguma coisa, para dar apoio, porque ele quer o bem de Apiaú, consequentemente, quer o nosso. Quanto à pessoa, aqui, da mesa que falou que poderão aparecer pessoas achando que não vai dar certo. Há anos atrás já houve quem dissesse que Apiaú não daria certo. Aconteceu ao contrário, estamos aqui. E quem bater na porta de vocês para dizer que não vai dar certo, não deem crédito. Acreditem em nós. Meu muito obrigado.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Para dinamizar os trabalhos da nossa Audiência Pública, peço aos demais oradores que sejam breves em seus pronunciamentos, com o tempo de, no máximo, 2 minutos. Quero também tornar público algo que já foi até anunciado pelos dois Vereadores aqui presentes, é algo importante que todos vocês saibam. A Prefeitura de Mucajá, através do Prefeito Gordo Lopes, já está viabilizando apoio para que as Comissões formadas possam se deslocar ao interior, às Vilas e Vicinais, para colherem assinaturas do abaixo-assinado. Essa atitude, realmente, vem em boa hora, merece o nosso reconhecimento. Prosseguindo convidamos o Vereador Mateus da Silva para fazer uso da palavra.

**Vereador Mateus da Silva** – Boa-noite a todos, cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Erci de Moraes. Devido a exiguidade do tempo, esta Comissão tem que trabalhar, procurarei ser breve em minhas colocações. Declaro a minha satisfação em participar deste momento tão importante para a Região do Apiaú, relativo ao trabalho de orientação e esclarecimento pela Assembleia. Parabênz os Deputados, pelo trabalho desenvolvido no Estado, na questão da emancipação. Conforme me referi na Câmara, sobre a mesma Lei que criou Roraima, que passou para Estado, criou o Amapá. E, hoje, Amapá tem 22 Municípios enquanto Roraima apenas 15. Isso é pouco, a questão dos recursos para os Municípios que forem criados, vai ajudar o desenvolvimento da região em favor da população. Quanto aos recursos do FPM, não vai haver redução. Como disse o Deputado Marcelo Natanael, vai aumentar, isso é muito importante. Portanto,

as Senhoras e Senhores devem se engajar nessa luta, que é uma luta considerada extraordinária para o desenvolvimento da comunidade do Apiaú. Entendemos que o desmembramento do Apiaú do Município de Mucajá irá encurtar a distância do Município, quer dizer, a Sede do Novo Município vai estar mais próxima da população, o Poder Público mais perto do seu povo. É importante trabalhar para concretizar a emancipação da Colônia do Apiaú, com vistas ao desenvolvimento. O Serviço Público ainda distante do seu povo, é preciso buscar a aproximação para se desenvolver nas áreas da educação, saúde e infraestrutura. Em nome do Prefeito de Mucajá, Gordo Lopes, como Líder do seu governo na Câmara Municipal, afirmo o seu empenho para que a Emancipação aconteça. Muito obrigado, que Deus abençoe o trabalho e a boa vontade de cada um de vocês. Boa-noite.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Com a palavra a Vereadora Eliane.

**Vereadora Eliene Rodrigues** – Boa-Noite Vila do Apiaú e os presentes da Vila da Penha, acredito que a maioria aqui presente, tenha interesse que aconteça a emancipação. Enquanto a tarde estávamos em uma reunião na Vila de Samaúma, com representantes também da Vila Nova, foi levantado um clamor, semelhante ao destes jovens da Vila do Apiaú, em forma da criação desse Novo Município. E o Prefeito, entendendo que, tanto a Sede quanto a Colônia irão ganhar com isso, já entrou doando combustível, serviço de xérox. Então, com isso, cresce a vontade para vir atrás de conseguir, no mínimo, mil assinaturas. Veja o exemplo e empenho do Vereador Tel, que já conseguiu 200 assinaturas. O meu atraso para chegar nesta reunião, foi encaminhávamos na Vila Samaúma o trabalho, entregamos as xérox, as pessoas já saíram colhendo as assinaturas, pegaram o combustível e já foram direto para as Vicinais. Então, o interesse já começa desde Samaúma, Vila Nova, Vila da Penha e Vila do Apiaú. E esse interesse deve ser multiplicado, porque são vocês que irão levar adiante este recado, não só aquele que está envolvido, aqui, querendo que isso seja realizado, mas buscar aqueles que mais para a frente se enganarem, também vão agradecer. Peço a todos o empenho, e agradeço aqui a Assembleia que está organizando e trazendo a informação até nós, para que possamos nos organizar. Estou há um mês, como Vereadora, mas já tenho 13 anos na política, o meu pai já foi Vereador aqui. E, enquanto Vereador, 89 jovens fizeram o curso de informática aqui, porque ele, juntamente com um Deputado Estadual, custearam o curso. Acredito que quando tem o empenho de um, juntando o outro, é possível realizar, fazer acontecer e atender aos anseios que a comunidade necessita, através de quem está nos representando. Muito obrigada à todos.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Temos aqui mais três pessoas que fazem parte da mesa, aos quais concedemos dois minutos, para que coloquem preferencialmente alguma dúvida, ou algo que possa contribuir com a nossa Audiência Pública. Então, a palavra com o Professor Diretor da Escola José Ribamar.

**Professor José Ribamar** – Senhores Deputados, Vereadores, Deputada Aurelina que representa muito bem a nossa Vila do Apiaú na Assembléia, e demais Senhores e Senhoras presentes. Quero dizer aos Deputados que a nossa comunidade está convicta que alcançaremos o nosso objetivo, a emancipação da Região do Apiaú. Nós estamos mobilizando toda a comunidade, as Comissões já estão em campo colhendo as assinaturas. Entendemos que a emancipação da Região do Apiaú, certamente, só trará benefícios para nós. Vamos disponibilizar, após a efetivação do município, bons hospitais, com excelentes médicos, coleta de lixo, e outras benfeitorias reais para a nossa região. Certamente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, toda a comunidade está empenhada em trazer para cá a Sede do Município do Apiaú. Temos Vilas, que são companheiras nossas nesta batalha, como a Vila Samaúma, a Vila Nova, Vila da Penha, a Vila da Pirlândia, próxima daqui e tem 187 habitantes, com 51 residências cujos moradores estão empenhados para que isso aconteça. E isso vamos conseguir, porque é o que buscamos com muita força para a nossa Vila do Apiaú. Muito obrigado.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Obrigado ao Professor Ribamar, a oportunidade é concedida também ao Senhor Nelio de Licácio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que está com a palavra.

**Nelio Licácio (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)** – Boa-noite a todos presentes, os agricultores, importantes para nós, porque é através da agricultura que vamos desenvolver, fazer crescer o município. Agradeço a presença de todos os Parlamentares que compõem a Mesa. E, como não tenho o costume de falar, é o que

tinha a dizer. Muito obrigado a todos.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Prosseguindo, convido para fazer uso da palavra o Senhor Antonio Alves, Técnico Agrícola representante da CEAPA.

**Antonio Alves (Técnico Agrícola da CEAPA)** – Boa-noite aos Deputados presentes, Vereadores e Comunidade em geral. Trabalho na agricultura desde janeiro de 1986 nesta região. Toda vez que aparece uma chance como esta de emancipação, a gente entende que poderemos melhor atender a todos, vamos correr atrás, já tivemos uma reunião prévia, convidamos a comunidade toda, aconselhamos deixar as diferenças de lado, comerciantes, agricultores, produtores, professores, todos enfim, correrem atrás do mesmo objetivo, isto é, que a criação deste novo município realmente aconteça, sendo como primeiro passo o empenho em coletar as assinaturas do abaixo-assinado, para assim buscar a realização da emancipação. Muito obrigado.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Obrigado, Antonio, e antes de passar ao próximo, quero insistir que este é o momento para tirarem suas dúvidas, estão aqui quatro Deputados e os Vereadores, para esclarecer os questionamentos dos Senhores e das Senhoras. Portanto, aqueles que quiserem basta dar o nome para os nossos assessores que estão recolhendo esses nomes. Prosseguindo, convido um velho amigo, um dos moradores mais antigos do Apiaú, Flori Gonçalves e Gonçalves para fazer uso da palavra.

**Senhor Flori Gonçalves e Gonçalves (Morador do Apiaú)** – Boa-noite a todos, ao Presidente desta Comissão, Deputado Erci de Moraes; a Vice-Presidente da Assembleia, Deputada Aurelina Medeiros, Coronel Chagas; Deputado Marcelo Natanael; aos Vereadores Ateilton, Matheus e Oscar, em nome dos quais cumprimento os demais presentes. A minha pergunta ao Relator Deputado Coronel Chagas: Viabilidade Econômica. Como é que vai ficar a situação dos funcionários do município de Mucajaí que estão lotado na Vila do Apiaú, Vila Nova, Penha e Samaúma? E, também, a minha vontade é a mesma vontade da comunidade do Apiaú, que a Sede seja na Vila do Serrinha. Peço a todos vocês que se empenhem, vamos a luta, vamos colher as assinaturas do abaixo-assinado, que tudo vai dar certo, meu boa-noite.

**Deputado Coronel Chagas (Relator)** – Senhor Flori, suas perguntas são bastantes oportunas, a primeira: O que vem a ser o estudo de viabilidade? O Estudo de viabilidade é para verificar se realmente a região tem condições de ser emancipada. Então, o estudo vai observar três aspectos: as viabilidades econômica-financeira, político-administrativa e sócio-ambiental. O que que vai se verificar na viabilidade econômica-financeira, serão verificadas as receitas de arrecadação próprias que a região possa ter, através de ICMS, dos impostos enfim, as Receitas de Transferências Federais, Estaduais e Municipais, verificar também, o que que este Novo Município vai ter de despesas com o pessoal, os funcionários, com o custeio da máquina, tanto do Legislativo quanto do Executivo, e despesas com investimentos para recuperação de estradas, construção de escolas, postos de saúde. Então, isto é o que vai ser levantado na questão da econômica-financeira. E com relação à viabilidade política-administrativa, o Grupo técnico vai levantar quanto ao aspecto da proporção necessária de servidores versus população, que vai ter o novo município, e a estimativa de servidores necessária para a Prefeitura e Câmara de Vereadores. Com relação à viabilidade Sócio-ambiental, o Grupo Técnico vai verificar os possíveis e potenciais impactos ambientais que podem acontecer com a criação do novo município, como a explosão demográfica. Também vai verificar, os limites do novo município, e estabelecer preferencialmente acidentes naturais do terreno, serras, rios, igarapés, também, verificar as redes de energia elétrica existentes, de abastecimento de água, verificar o crescimento demográfico, o percentual de áreas do novo municípios que já vão estar comprometidas com áreas protegidas, áreas de preservação permanente, áreas indígenas, áreas militares, enfim, o número de casas, prédios públicos municipais, estaduais e federais. E, aí que digo, Flori, a sua pergunta demonstra bem a importância, necessidade e a sua preocupação com a criação do novo município. Muito oportuna. O segundo ponto, também, é importante, porque pode haver servidores que estão se questionado: eu sou professor no Município de Mucajaí e, agora, eu moro aqui na Vila da Penha, e não quero sair daqui. O que vai acontecer comigo? Você vai poder optar, se quiser permanecer no Município-mãe, ou se quiser integrar o quadro de servidores do novo município. A Lei, o Projeto de Lei vem estabelecendo isso no seu art. 19. Então, parabéns pelas perguntas. Espero que eu tenha atendido as expectativas nesse quesito.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** –

Obrigado, Deputado Chagas, e vamos ouvir agora o nosso amigo Gonçalves Sousa, o Gonçalvesinho.

**Senhor Gonçalves Sousa (Ex-Vereador)** – Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo momento, boa-noite a todos, Senhoras e Senhores presentes, Deputados e Vereadores, que estão aqui se empenhando em fazer um grande trabalho voltado para a nossa comunidade. Gostaria inicialmente dar um alerta, logo após, uma pergunta. O alerta é que nós provavelmente iremos participar nos próximos meses de um Plebiscito, este vai levar a uma Eleição a nível Municipal. Isso significa que vota no Plebiscito todo o município de Mucajaí, tanto as regiões que estão pleiteando a emancipação, quanto o restante do Município de Mucajaí. E a coleta de assinatura é apenas das Colônias do Apiaú até Nova Esperança, para passar a ser um novo município. Nós estamos colhendo as assinaturas das pessoas que votam da Samaúma até aqui no Apiaú, mas para votar no Plebiscito é todo o Município de Mucajaí. Suponhamos que a cidade queira votar contra a criação do novo município, aí nós teremos uma derrota, e isso não pode acontecer. Temos que nos empenhar, e mobilizarmos a comunidade, juntamente com o Prefeito e os Vereadores para, assim, criarmos o novo município. A pergunta é: Se não for realizado o Plebiscito em 2011, qual seria a possibilidade de ser emancipar em 2012? Obrigado.

**Deputado Coronel Chagas (Relator)** – Esta é uma pergunta muito interessante também, caso o Congresso Nacional vote esta Lei ainda este ano, e nós estivermos com tudo pronto, e esta Lei, pelo menos, Sancionada pela Presidenta Dilma até o final de outubro, eu acredito que nós teremos tempo de fazer o Plebiscito no mês de novembro. Em dezembro, a Assembleia estará aprovando o Projeto de Lei que cria o novo município. Se não der tempo, aí se for feito até 31 de dezembro, nós teremos eleições já no ano que vem para Prefeito e Vereadores. Agora, se não der tempo para fazer até o último dia deste ano, só vamos ter a implantação do novo município em 2017, de acordo com o texto da Lei, não quer dizer que, como está tramitando no Congresso, venha a ocorrer alguma alteração, caso os Parlamentares verifiquem que venha a ser inviável implantar os novos municípios até no ano que vem. Então, é por isso que estamos correndo contra o tempo.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Continuando, então, vamos ouvir Senhor Cícero Francisco Sales, Relator da Comissão da Região do Apiaú.

**Cícero Francisco Sales (Relator Comissão Região do Apiaú)** – Senhores, boa-noite, quero na oportunidade cumprimentar a mesa, expressando a minha felicidade, em tê-los conosco nessa luta, na pessoa do Deputado Erci de Moraes, Presidente desta Comissão. Quero dizer que, escrevi aqui, “trocando sonhos por realidade”, este é o nosso objetivo. Cheguei aqui há pouco mais de três anos, e uma das primeiras coisas que corri a perguntar: Onde está o registro de Vila deste lugar? E, as respostas foram bem significantes: não tinha. Então, partimos para criarmos o Distrito, juntamente, com o Vereador Ateilton, não tínhamos hora do dia nem da noite, discutindo os assuntos. E, hoje, o Distrito Apiaú é uma realidade. Depois desse passo, por vários dias e noites começamos a discutir a questão do município, e temos levado a sério, vizitamos várias regiões, desde Sumaúma, Vila Nova, Vila da Penha e algumas Vicinais. Em todos os lugares, falamos desta realidade, que é um sonho para esta região. E gostaríamos que os Senhores cada vez mais somassem esforços conosco, para que esta Região venha a progredir, melhorar, para alcançar o nosso objetivo através da criação do Novo Município do Apiaú. Agradeço a presença de todos, muito obrigado à comunidade que se mobilizou, se faz presente. Creio que serão aliados fortes nesta caminhada. Obrigado a todos.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Com a palavra Senhor Valmir Raimundo.

**Valmir Raimundo (Morador)** – Boa-noite aos Deputados e a todos os presentes. A minha pergunta é ao produtor rural da região do Apiaú (inaudível)... e outra, nós temos, aqui, os tratores que ocupamos, são do governo. Nós temos que pagar para poder utilizá-los. Se é do governo por que a gente precisa pagar por ele. A nossa realidade, aqui, é que os Vereadores não fazem nada, o Prefeito não faz nada. Era só isso que queria dizer. Obrigado a todos.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Senhor Valmir, entenda que esta reunião não é para tratar de problema da agricultura, ou de qualquer outro, e sim para tratar da emancipação do município. Quanto às suas colocações, qualquer um dos Deputados pode ouvir em separado e levar para quem de direito. Vamos prosseguir a reunião, pois, o assunto a tratar no momento não é esse, eu te agradeço. Passo a palavra a Lidiane.



**Lidiane (Moradora do Apiaú)** – Bem, eu tenho apenas duas perguntas a fazer aos Senhores. Qual a real possibilidade da emancipação da Região do Apiaú? E se existe algum Deputado contra esta emancipação?

**Deputado Marcelo Natanael (Vice-Presidente da Comissão)** – Dona Lidiane, a possibilidade existe, sim, de ser emancipada ainda este ano, mas não depende só da nossa parte, vai depender da aprovação da Lei pelo Congresso Nacional. Estamos otimistas que a Lei seja aprovada com tempo suficiente. Quanto existe algum Colega contra, mas conforme já conversei com todos, não existe nenhum Deputado contra a emancipação. Espero ter respondido, muito obrigado.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Prosseguindo, passo a Palavra ao Professor Ribamar, que usará da palavrara sua pergunta.

**Professor Ribamar** – Senhor Deputado, a pergunta que quero fazer a vocês, acredito ser de interesse de toda a comunidade. Como será feito o repasse do FPM para o Município mais antigo e para o nosso atual Município? Que já considero Município do Apiaú. Obrigado.

**Deputada Aurelina Medeiros (Membro da Comissão)** – Bom, gente, em relação ao FPM-Fundo de Participação dos Municípios, é o dinheiro que vem lá da Mamãe Dilma para os Municípios, para pagar as nossas contas. Caso não vier dinheiro de lá, não se tem dinheiro para pagar nada. Então, o FPM é isso, os menores Municípios do Brasil recebem 0,6% de FPM do Brasil. O FPM é de um bolão que vem dos impostos que o Governo Federal arrecada, aí ele divide entre os Municípios do Brasil. E este valor de 0,6% é o menor índice. Mucajá, por exemplo, 0,8%, porque depende do número de pessoas em cada Município. Quando dividir Municípios, Mucajá, certamente, irá receber 0,6%, vai cair, porque também irá diminuir o número populacional do Município. Mas, em compensação, ele não vai mais gastar com a nossa Região do Apiaú, Samaúma, Vila Nova, Vila da Penha. A nossa Região, também irá receber 0,6%. Então, em vez de 0,8% de FPM que recebíamos antes, somando os dois valores de 0,6 que o Município-Mãe, Mucajá e o Novo Município do Apiaú que vai ser criado irá receber, esta Região, como um todo, vai ganhar 1,2%. Esse repasse é feito pelo Governo Federal às contas das Prefeituras com uma programação, aprovada pelos moradores, para a saúde, educação, agricultura e outros. E tem Lei que define isso. Então, o FPM é o percentual de repasse do Governo Federal que vem, conforme se falou aqui sobre estudo de viabilidade econômica. O que é isso? É saber que vai haver dinheiro no Município a ser criado, esse dinheiro vai dar para pagar as contas, pessoal, professor, médico, saúde da família, servidores. O FPM vem dessa forma, criado o Município, ele vai ser registrado em Brasília, vai receber a sua parcela de FPM.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Obrigado, Deputada Aurelina. Há dois inscritos para falar. Com a palavra, portanto, o Professor Luis Mendes.

**Professor Luis Mendes** – Excelentíssimos Senhores Deputados que compõem a Mesa e demais autoridades, em nome do Deputado Coronel Chagas saúdo a todos, boa-noite a todos os presentes. É com grande satisfação que também participei do processo de emancipação do Apiaú, tive a oportunidade de participar em Rorainópolis, a Deputada Aurelina sabe muito bem disso. Em Nova Colina também ajudei no processo de emancipação de Rorainópolis. O primeiro Prefeito de Rorainópolis foi o saudoso Carlinhos, não é Deputada? Infelizmente faleceu. Então, a emancipação do Apiaú é um anseio da população do Estado, do Município e principalmente daqueles que moram no Município. Como exemplo, a Deputada Aurelina sabe muito bem que São Luis do Anauá era dono do Sul do Estado todinho, o desenvolvimento era precário, as coisas andavam muito devagar, e aconteceu a emancipação. Hoje, Rorainópolis é um Município produtivo, todos nós sabemos disso. Quero dizer a todos os presentes que estou empenhado na emancipação do Apiaú. Tenho uma pergunta, o Professor Ribamar colocou a questão do FPM, que foi muito bem explicada pela Deputada Aurelina, quero apenas que complementem a pergunta. E os outros recursos, de que maneira serão rateados com estes recursos com a criação de novos municípios. Muito obrigado, o Apiaú vai se emancipar, todos nós vamos ver, votar e eleger nossos representantes.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – A pergunta do Professor é um pouco complexa, mas vou tentar responder da melhor forma possível. Começa a partilha, ou a quantia que tocará ao novo município, conforme já foi abordado pela Deputada Aurelina, com o 0,6% do FPM, que é o diferencial a mais, mesmo que Mucajá perca alguma coisa que já tem, ficará com 0,6%, e mais, o novo município com 0,6%, ou seja, a Região que contava com 0,8%,

ficará com 1,2%, é mais dinheiro para uma mesma região. Os recursos oriundos de serviços e de uma série de outros, a Deputada Aurelina já abordou, e tem outros rateios, é claro. Todo o Município faz uso, há uma parcela que me parece 25% de ICMS, que é arrecadado pelo Governo do Estado e repassado aos Municípios. Tudo isso é disciplinado pela Lei. O Deputado Marcelo vai acrescentar mais alguma coisa.

**Deputado Marcelo Natanael (Vice-Presidente da Comissão)** – Meu amigo, Senhor Luis, um exemplo para ficar um pouco mais claro. Se uma empresa executar um serviço em uma Vicinal dentro do Novo Município do Apiaú (caso seja criado), o ISS que ele irá recolher será destinado a esta Prefeitura. E a população, o tamanho do Município, na divisão dos repasses, não é pelo geográfico, mas pelo populacional. Então, será dividido pela quantidade populacional do Município, as demais arrecadações e repasses serão feitos pela produção que este Município apresentará. Esse o critério que se usa na divisão dos repasses de recursos. Muito obrigado.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – E para concluir, vamos ouvir a Senhora Elisabete.

**Senhora Elisabete (Moradora do Apiaú)** – Boa-noite a toda comunidade presente, às autoridades da Mesa, vou falar por parábola, cada um tem a sua maneira de falar. Então, quero dizer a vocês que o Apiaú está como uma criança, quando passa da hora de nascer, devido a problemas a criança não nasce. Então, se faz uma cesária, mas tem que nascer. A situação do Apiaú, agora, ou ele nasce, ou nós, povo de Sumaúma até aqui, vamos fazer uma cesariana, e a criança que se chama Apiaú vai nascer. É o nosso município. O Deputado Coronel Chagas colocou, ele que me desculpa, mas eu falo mesmo, com todo o meu respeito ao Senhor, mesmo sem conhecê-lo, mas o Senhor colocou uma série de dificuldades. E como muitas pessoas aqui não sabem se expressar, e o que ele disse, tudo bem, a gente não tem muito estudo, mas não precisa ter para ser inteligente, nós sabemos que Sumaúma e Apiaú, quem sustenta Mucajá somos nós. Há oito anos que estou com uma farmacinha aqui, tudo o que faço tenho que ir para Mucajá ou para Boa Vista. Eu pergunto para vocês: Se nós tivéssemos nossa Prefeitura, nossos Vereadores, estão dizendo que não tem dinheiro para tocar, quem toca Mucajá somos nós, e dizemos que nós, com a ajuda de Deus e esses parceiros, que são o povo daqui, vai nascer o Município do Apiaú dessa vez, não tem a hipótese de ser só daqui a 10 anos. Há oito anos que estou aqui e peço todos os dias a Deus em minhas orações, Senhor se você quer que eu vá embora deste lugar, que o Município não saia agora. Só então, eu vou pegar as minhas coisas e vou me embora. Estou com 52 anos e não tenho mais 10 anos para esperar. E como não vai ser bom para nós a criação do novo município, se vai gerar emprego, é o futuro do meu filho que está em jogo? Nós aqui no Apiaú temos que pensar, quem é o nosso candidato agora, estamos nos preocupando com o Prefeito? Vereadores? Não! Temos que nos preocupar que o nosso candidato agora se chama Apiaú. Nós somos os eleitores que vamos eleger o Novo Município que será o melhor Município da Região. Boa noite a todos.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – A dona Elisabete demonstrou de forma vibrante o que ela pensa, a vontade de ver Apiaú um Município. Mas, a Senhora me desculpe, não é só a Senhora que pensa assim, tenho certeza que toda esta platéia, aqui, quer a Emancipação do Apiaú. Também, como Deputados, não sairíamos para as nossas bases se não fosse para falar a verdade para os Senhores. Mas, não podemos chegar aqui vendendo facilidades, para depois vir a frustração, aí sim a crítica seria procedente. Passo a palavra para o Deputado Chagas, que foi citado e com certeza vai querer dar sua explicação.

**Deputado Coronel Chagas (Relator da Comissão)** – Apenas para esclarecer. Não viemos apresentar dificuldades, senão a gente não sairia de casa. Os 24 Deputados da Assembleia Legislativa são a favor da criação de novos municípios, os Federais também, o Governo também. O nosso propósito é trazer informações constantes de um Projeto de Lei, ou seja, nós estamos interpretando os dispositivos que estão aqui, informando o que é necessário para criar um novo município. Tenho certeza absoluta que assim que esta Lei for aprovada, do jeito que está aqui, ou mesmo que haja alguma alteração, o Apiaú, juntamente, com Vila da Penha, Vila Nova, Samaúma e Pirinópolis, vão ser transformados em Município. Nós apenas passamos os requisitos necessários, o principal é ter mais de 4.800 eleitores, e seguramente, aqui tem, apresentar um requerimento com abaixo-assinado com mais de 20% dos eleitores. Isso está sendo providenciado. Após concluída essa parte, será procedido o estudo de viabilidade, isto é, levantar o que existe aqui no Município, conforme a Lei exige. Nós só estamos repassando os aspectos que estudo

de viabilidade vai levantar, e não para criar dificuldades, é necessidade mesmo. Espero ter esclarecido, com certeza todos nós queremos a criação do Município do Apiaú. Obrigado.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Concluído o tempo da palavra franqueada, vou passar para os Deputados para que façam suas considerações finais, para o encerramento do nosso evento. Passo a palavra à Deputada Aurelina Medeiros.

**Deputada Aurelina Medeiros (Membro da Comissão)** – Fiquei anotando aqui o que várias pessoas disseram, em cima das quais faço um rápido comentário sobre o que achei que ficou meio sem resposta. Primeiro, Mateus disse que o Amapá tem 22 Municípios, enquanto temos apenas 15, criados na mesma época. O Amapá tem 700 mil habitantes, nós apenas 400 mil. Então, o nosso problema é gente. Para criar o Estado de Roraima nós trouxemos 50% da nossa população do nordeste, trouxemos mesmo, mandamos buscar, pagamos navio, arrumamos casa, arrumamos lotes e colocada nas Vicinais. Sou do tempo da abertura do Apiaú, há 28, 29 anos, sei lá. Então, este é um problema que estamos enfrentando hoje, já criamos oito Municípios, e iríamos criar mais 10. Em relação a questões que o Vereador Tel falou aqui, exemplo: São Paulo criou Município com 1000 habitantes. Nós criamos com 2000, nós também criamos, só que naquele tempo a Lei era nossa, a gente fazia o que queria. Tanto criaram Municípios com menos de 1000 habitantes, que a Câmara Federal tirou o direito de criarmos os nossos municípios, pois estava virando bagunça, até com 800 habitantes criaram municípios. Com isso, tiraram o direito dos Estados de criar município. A Dona Elizabete estava dizendo aqui, não adianta a gente criar, porque a gente vai fazer o Plebiscito. E vai criar, mas se em Brasília eles não aprovarem a Lei, não vai adiantar, não vai existir. Ele só vai existir hoje, e a gente sofre igual a vocês, a espera da bendita Lei ser aprovada. E ela que está dizendo que tem que ter 4800 habitantes no Município. E, analisando, nós vamos poder criar poucos municípios. Porque esta bendita Lei Federal é que está ditando as normas, os critérios. Não é mais a gente. Como o Município a ser criado não pode ter menos que 5 mil habitantes, e o Município-Mãe também. Então, logicamente, a gente não vai poder criar todos os Municípios que queríamos. O Apiaú já tem as condições, a gente já tem o número de eleitores, a população, mas não esqueçam que no Plebiscito vota o Município inteiro, e a Sede de Mucajaí tem 6.500 eleitores, e aqui só temos cerca de 3.530, e nós precisamos da metade mais um dos votos válidos para conseguir criar o novo Município. Então, nós precisamos dos votos da Sede, e vamos precisar fazer campanha lá na Sede. Queremos que vocês entendam que nós somos municipalistas, mas que não depende só de nós, depende da Lei Federal, que está para ser votada pelo Congresso Nacional. Nós entendemos que o Estado precisa, pois a criação de município é questão de desenvolvimento sim, nós pensamos igual a vocês. Nós estamos no pé dos nossos Deputados Federais, para depois não dizerem: olha, os Deputados Estaduais estiveram aqui, disseram que iam criar e depois nunca mais apareceram. A real possibilidade que a Lidiane falou é, nós queremos, desde que eles aprovem a Lei, parte da qual nós já temos uma cópia, isto é, do que eles propuseram, falando dos critérios. Para ser Sede, também, não é assim, fulano falar que quer que seja em Samaúma, o outro que seja no Apiaú, ou em qualquer outra localidade.

Para ser Sede, também tem critérios estabelecidos em Lei, tem que ter determinado número de comércios, escolas, alunos, casas, tem que constar tudo isso. Então, aprovada a Lei, nós vamos passar tudo isso para vocês. Então, Dona Elisabete, essa criança tem que nascer mesmo, mas infelizmente não temos como passar por cima desta Lei. Quero dizer ao Apiaú que o sonho de vocês é o nosso, é o meu, é de cada um dos Deputados da Comissão, é da Assembléia. Hoje, estou mais ausente, me permitam dar uma explicação. Estou na Vice-Presidência da Assembleia, com muito trabalho, também enfrentei um problema de saúde, fiz uma cirurgia em um braço, estou com o outro meio sem poder levantar. É, pois, o motivo da minha ausência nas Vicinais, onde sempre estive. Mas estou aqui, a Assembleia Legislativa, através dos Deputados da Comissão, os mesmo de sempre junto com vocês por um Apiaú melhor. Muito obrigada.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Obrigado, Deputada Aurelina, agora o Deputado Marcelo para suas considerações finais.

**Deputado Marcelo Natanael (Vice-Presidente da Comissão)** – Senhor Presidente, peço ao povo do Apiaú, da Pirlândia, da Vila da Penha, de Campos Novos, que não deixemos esta discussão acabar aqui, apenas nesta reunião, contem com Vereadores, Deputados Estaduais aqui presentes e vocês, a comunidade em geral. Não permitamos esta discussão ficar como muitos políticos fazem, só no discurso. Vamos colher as assinaturas, vamos fazer a nossa parte. Como Advogado, faço uma analogia também, Dona Elizabete. Quero que o filho que a Senhora falou nasça, mas que o pai o reconheça. O nosso papel é que esse filho seja reconhecido, para que cresça de uma maneira saudável, para ser um filho amado. Para isso, o dever do Governo Federal é reconhecer, ajudar para que essas crianças aqui, que não fazem idéia de que é o futuro delas que está em jogo, possam ver daqui a alguns anos as fotos tiradas hoje aqui, expostas na Prefeitura Municipal ou eu uma Biblioteca, para comprovar que vocês fizeram a história desse filho, o Apiaú, como a Senhora falou, vai nascer, e que nós, os Deputados, os Vereadores, a Assembleia, não invidaremos esforços para que se concretize. Muito obrigado.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Obrigado, Deputado Marcelo, passo a palavra ao Deputado Coronel Chagas.

**Deputado Coronel Chagas (Relator da Comissão)** – Bom, só tenho a parabenizar todos vocês, que deixaram seus afazeres, para participar desta Audiência Pública, demonstrando realmente o interesse pela emancipação do Apiaú. Neste sentido, continuaremos com os nossos trabalhos, como vocês também aqui, tendo a tarefa colher assinaturas, enquanto a Assembleia estará aguardando o recebimento do abaixo-assinado, juntamente com o Requerimento. Obrigado a todos, fiquem com Deus. Muito obrigado.

**Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão)** – Quero dizer a vocês que o Município começa demonstrando exemplos de cidadania. Não havendo nada mais a tratar, às 20h e 15min, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Agradeço a presença de todos. Logo após o encerramento, foi lavrado este relatório.

Sala das Sessões, 21/10/2011.

**Erci de Moraes**  
 Presidente da Comissão

